

COISAS DA POLÍTICA ■ DORA KRAMER

Senado é paraíso da conciliação

O falecido senador Virgílio Távora tinha uma definição precisa a respeito do Senado. Dizia que ali vivia-se em sintonia com o paraíso. Tão sintonizados estão os senadores com as divindades, tão preocupados ficam em preservar a cordialidade entre os pares que, quase sempre, esquecem-se do que se passa aqui na terra. Caso típico é a anistia concedida ao senador Humberto Lucena — para não contabilizar vexames anteriores —, uma franca afronta ao estado de direito, onde o Parlamento legisla e o Judiciário julga. O Senado tomou a iniciativa de inverter o princípio e, com a conivência da Câmara, conseguiu.

Nas mãos deste Poder estará, a partir de fevereiro, o comando da condução das reformas constitucionais. O presidente Fernando Henrique Cardoso pretende sensibilizar a so-

riedade para a necessidade das reformas e, valendo-se da força da pressão popular, imagina que consiga fazer andar o país para a frente. No que se refere ao Senado, terá o trabalho adicional de romper a tendência interna ao imobilismo.

Sim, porque quem privilegia antes de tudo a cordialidade interna tende sempre à conciliação, tornando-se, com isso, incapacitado para a tarefa de liderar mudanças. Podemos tomar como exemplo bastante atual as disputas pelas presidências da Câmara e do Senado. Ambas as Casas passam pelo mesmo processo de desgaste junto à opinião pública. Nas duas existem pessoas com a percepção clara de que o Parlamento precisa mudar, sob pena de entrar num processo irreversível de desmoralização.

A diferença é que, enquanto na Câmara esse debate aflorou, no Senado as tentativas de modernização e renovação foram sufocadas. A iniciativa do deputado Miro Teixeira, que já no início do ano passado pregava a necessidade de envolver a sociedade na sucessão da presidência da Câmara e o rompimento do ciclo de conchavos que impediam as disputas, teve resultados concretos. Miro desistiu, mas cumpriu um papel inovador.

O candidato vitorioso por antecipação é, sem dúvida, Luís Eduardo Magalhães, do PFL. Só que com intenções muito mais renovadoras do que pode fazer supor seu discurso de campanha. Aliás, Luís Eduardo faz campanha com discurso algum. Pelo simples fato de que se ele disser que pensa exatamente como Miro Teixeira e José Genoíno — o adversário petista que já se considera vitorioso se tiver 100 votos —, não ganha a eleição. Apesar dos ventos modernos, o *baixo clero* e a burocracia ainda têm grande força.

No Senado, sucedeu o contrário. Bem que um grupo de novos senadores — todos eles afinados com o presidente Fernando Henrique Cardoso — tentou abrir o debate em torno da questão. Trabalharam na surdina durante um tempo para derrubar a candidatura de José Sarney que, segundo eles, não contribuiria em nada para a mudança da imagem do Senado. Tentaram fazer com que os próprios pemedebistas — já que o partido deles tem, por ser majoritário, a prerrogativa regimental de ocupar a presidência — levassem a disputa para o plenário.

Desistiram assim que notaram a inutilidade da tentativa. No Senado ninguém briga, ninguém entra em conflito. Tudo se ajeita. Há

disputa interna, é verdade. Pedro Simon e Íris Resende vão à luta para tirar de Sarney a preferência. Só que isso não está ligado a um projeto macro de mudanças, mas antes à divisão interna do partido. Íris, que transita melhor que Simon (um mestre do atrito), até que exibe certa sensibilidade para a voz das ruas.

Sabe que o povo não está nada satisfeito e identifica na inércia da Casa a razão do desgaste. Íris tem planos, prega modificações de procedimentos para dar maior agilidade ao Senado e fazer com que os senadores trabalhem não apenas quando o assunto interessa diretamente a eles — como no caso da anistia. Mas, mesmo assim, seu discurso é brando. Não ataca Sarney, de quem foi ministro da Agricultura, nem diz com clareza as razões que o fazem enfrentar o antigo chefe.

Prefere o método tradicional de reduzir a disputa ao sabor do acochambo restrito à bancada do PMDB. De outra forma é bem verdade que não teria, hoje, nem os oito votos que já contabiliza para si. Mas talvez tenha, com isso, perdido boa oportunidade de romper o ciclo da cordialidade e da conciliação de um Poder surdo e quase mudo.